INTERPELAÇÃO ESCRITA

As autoridades anunciaram que pretendiam mobilizar 60 mil milhões de patacas da reserva financeira extraordinária da RAEM para a criação de uma Sociedade Gestora do Fundo de Desenvolvimento do Investimento em Macau. Na sequência dessa notícia, o público ficou surpreendido com facto de o nome do actual Chefe do Executivo, Chui Sai On, ter sido alegadamente indicado como o dirigente que irá comandar essa sociedade depois de cessar funções no Governo da RAEM. A polémica que surgiu depois dessa notícia obrigou as autoridades a prestar esclarecimentos atempados e a negar a referida informação. No entanto, o público continua a questionar o objectivo da constituição de uma sociedade gestora do alegado Fundo de Desenvolvimento do Investimento de Macau.

Diz-se que o Governo da RAEM criou esta empresa tendo em conta a ideia proposta no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, um documento que, quando foi apresentado, foi de imediato ridicularizado pelo público por não conter qualquer novidade e ser apenas resultado de uma montagem de conteúdos diversos, cuja concretização não se esperava vir a ser realidade. Porém, a criação do referido fundo para o desenvolvimento do investimento é, afinal, uma realidade. A questão, agora, é que o público não consegue ver qualquer fundamentação forte subjacente às ideias desse Plano Quinquenal de Desenvolvimento e desconhece também a sua real viabilidade. Em relação ao Fundo de Desenvolvimento do Investimento, o plano quinquenal contém uma referência de apenas algumas dezenas de palavras: *"foi dado início ao estudo sobre a viabilidade da criação do Fundo de Desenvolvimento do Investimento da RAEM e sobre os respectivos diplomas, estando para breve o início dos trabalhos preparatórios e a elaboração daqueles, e estando prevista para 2019 a criação do Fundo, que entrará em funcionamento de forma faseada."* Refere-se apenas que o Governo está a

preparar a criação de um fundo para o desenvolvimento de investimento, sem indicar qualquer fundamentação ou argumento forte que comprove a necessidade de um fundo semelhante, mas agora, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento passou a ser o fundamento da criação do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento.

Compreendemos que tem havido má gestão das reservas financeiras públicas de Macau e que os retornos provenientes dos investimentos têm ficado muitas vezes aquém dos registados no mercado em geral. Por isso, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento refere que "*concretizaremos o plano de longo prazo para a diversificação dos investimentos da reserva financeira do Governo, de modo a que o retorno atinja os valores definidos*". Assim sendo, uma parte da reserva financeira foi já aplicada pelo Governo da RAEM em investimentos realizados em parceria com o Banco de Desenvolvimento da China, e também para o desenvolvimento de investimentos em infra-estruturas tanto no interior da China, como nas regiões do mapa da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", através das parcerias com as províncias de Guangdong e de Fujian, mas ainda se desconhece o resultado dessas aplicações dos fundos financeiros. No âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, foi criado o Fundo para o Desenvolvimento da Cooperação Guangdong-Macau para aplicações com retorno garantido. Agora, anuncia-se a constituição de uma sociedade gestora do Fundo de Desenvolvimento do Investimento de Macau, então, em que é que esse fundo vai, afinal, investir? Para além da diversificação dos investimentos, será possível obter um melhor retorno em comparação com o actual investimento regular da reserva financeira? Estas questões carecem de esclarecimento.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 - Tanto na discussão actual, como no Plano Quinquenal de Desenvolvimento", publicado há três anos, não foi claramente explicado por

que motivo é que a criação de um fundo de investimento para a realização de investimentos seria mais eficaz. Quais foram as considerações das autoridades quando pensaram em criar a Sociedade Gestora do Fundo de Desenvolvimento de Investimento de Macau S.A. e qual será a direcção da sua futura política de investimento? Como é que se pode garantir um retorno melhor do que o do investimento da reserva financeira actual? Como se pode garantir a obtenção dum melhor retorno em comparação com o actual investimento regular da reserva financeira?

2 - Para poupar dinheiro e controlar custos, o Governo adjudica, sempre que possível, muitos dos seus serviços. Isto demonstra que o funcionamento da estrutura burocrática é, muitas vezes, difícil de ser rentável, e o objectivo dos governos é servir a população e não obter lucro. Agora, o Governo da RAEM veio anunciar, de repente, que tem de gastar 60 mil milhões de patacas do erário público para criar uma empresa, e realizar investimentos que o público desconhece. Trata-se de uma medida que devia ter passado, antes, por uma série de discussões até se chegar a esta conclusão, ou seja, a de que a constituição de uma sociedade gestora de investimentos seria a melhor medida a tomar. Pode afirmar-se que o Governo sugere criar uma empresa de investimento porque tem um objectivo específico. Mas qual será? Porque é que não se cria uma empresa de investimento? Por que motivo é que o Governo considera indispensável a constituição de uma sociedade gestora? Será que o Governo pode explicar mais alguma coisa ao público, sem prejuízo da implementação do futuro plano de investimento?

3 – Qualquer investimento tem riscos, e quanto maior é o retorno, maior é o risco. Não há dúvida de que 60 mil milhões de patacas da reserva extraordinária para a criação de uma sociedade gestora do Fundo de Desenvolvimento de Investimento em Macau, S.A. é um montante avultado. É importante referir que esses 60 mil milhões de patacas provêm do erário público e não do sector privado. Caso esses 60 mil milhões de patacas fossem de origem privada e se registassem prejuízos devido a maus investimentos, tratar-se-ia dum assunto individual e pessoal, e seriam os investidores a

assumir o risco das suas decisões de investimento. Mas quando o investimento é do erário público, as pessoas responsáveis pela sua aplicação não se preocupam com os lucros ou prejuízos, portanto, todos nós podemos imaginar quanto cuidado teriam com o investimento, aliás, neste momento o público ainda desconhece quem será o responsável da referida sociedade gestora no futuro. O Governo deve esclarecer o seguinte: se o erário público for utilizado para investimentos e houver prejuízos, quem é que assume as devidas responsabilidades?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San

2 de Agosto de 2019